

A REFORMA DO BAIRRO DO RECIFE (1909-1913) COMO SÍMBOLO DO MODERNO NA CAPITAL PERNAMBUCANA

Lays Caetano da Silva
Graduanda em História - Licenciatura
Universidade Federal de Pernambuco
lays.caetano@ufpe.br

RESUMO

Esse texto visa tratar da Reforma do Bairro do Recife (1909-1913) como parte do processo de modernização ocorrido no início do século XX, cujas principais capitais do país se tornaram palco para execução dos projetos de reforma urbana pensados e executados em função do motor do progresso. Em vista disso, alguns aspectos serão destrinchados, sendo o primeiro, o combate à insalubridade, fundamentado pela ideologia higienista e posto em prática, também, com a efetivação dos projetos sanitaristas. O segundo, diz respeito ao próprio processo de modificação espacial, que reflete a materialização do moderno e suas pretensões. A substituição do "tradicional" pelo "novo" põe abaixo áreas inteiras. O terceiro e último aspecto, é referente aos impactos sociais causados em decorrência das modificações ocorridas no espaço.

Modernização; Reforma urbana; Bairro do Recife.

INTRODUÇÃO

Em fins do século XIX e início do XX, o Brasil passou por um processo de modernização[1], o qual desencadeou uma série de transformações no país, sobretudo nas principais capitais. Rezende (2019, p. 27) atesta que as cidades foram grandes palcos da modernidade, onde as pretensões desses tempos arquitetaram seus projetos. Nesse contexto, as principais capitais do Brasil, como Recife e a Capital Federal (Rio de Janeiro), passaram por reformas urbanas em busca de alcançar o tal progresso.

Em vista disso, essas reformas urbanas não foram motivadas apenas pelo ideal de progresso, como também por transformações ocorridas na configuração sócio-espacial em decorrência de modificações estruturais. Miranda (1999), por sua vez, cita alguns processos históricos que levaram a isso: A desagregação do sistema senhorial, que ocasionou uma maior parcela a população liberta e brancos pobres a habitarem as principais capitais do Brasil; O aumento da classe operária, com a vinda de imigrantes de várias partes do mundo em ocasião ao desenvolvimento da indústria brasileira. E, ainda no caso de Pernambuco, a modernização do setor açucareiro, juntamente com a ocorrência das secas, resultou em um crescente êxodo rural, que levou famílias inteiras a migrarem para a cidade do Recife.

Nesse sentido, as cidades não estavam prontas para as alterações demográficas e para os novos grupos residentes. Por conseguinte, essas pessoas se abrigaram, geralmente, em habitações insalubres, como cortiços, sobrados, e mocambos, com riscos altos de propagação de doenças. Segundo Neves (2018, p. 51), as teorias higienistas, tão em voga na Europa, foram basilares para a construção de uma imagem moderna da cidade do Recife, sendo os médicos responsáveis por procurar nos hábitos e costumes dos cidadãos mais pobres, os motivos para as epidemias nos centros urbanos, intervindo com da proposta de vacinação em massa à "higienização" do espaço urbano. Isto posto, essas ações corroboraram não somente para o combate às doenças e à insalubridade, mas também para o agravamento de uma orientação sócio-espacial assimétrica.

Tangenciando a reforma ocorrida na Capital Federal, Chalhoub (1996), ao fazer uma análise histórica da demolição do Cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro, mostra como a forma violenta utilizada pelo poder público contra os habitantes parte da ideia de que os

[1] Müller (2002) pontua que o conceito de modernidade se modifica em função do momento histórico. Contudo, aqui, por estar em análise as transformações no Brasil em fins do século XIX e início do XX, o conceito de modernidade é entendido como progresso.

grupos sociais marginalizados carregam, intrinsecamente, práticas consideradas moralmente inaceitáveis e perigosas para a sociedade.

Contudo, a obra que se iniciou simultaneamente no período da obra de modernização do Porto do Recife, não foi objeto de debate apenas no momento em que ocorreu. Dito isso, Lubambo (1991) sinaliza o conhecimento de plantas de trechos do Bairro do Recife já em 1844, assinadas pelo francês Vauthier, que incluem os arruamentos existentes no período e uma proposta de Reforma. Ainda sobre essas proposições, a autora afirma a existência de outras propostas datadas de meados do século XIX para reformar o Bairro e o Porto do Recife, sendo estas apresentadas com justificativas diversas. Apenas em 1909, sob a emergência da modernização e da efetivação da *missão civilizatória*, Miranda (1999) aponta para um início simbólico da obra do porto e intervenções na área correspondente ao Bairro do Recife.

Duarte (2018) relata que a população do espaço a ser alterado percebeu, apenas com o começo das obras em 1910, o quanto seria mudado nas suas vidas e localidade. Nos jornais, para além das denúncias dos moradores acerca da insalubridade da área (PROVÍNCIA, 25 de abril de 1909), a imprensa anunciava aos moradores a quantidade de locais a serem demolidos com a reforma, apresentando indícios do quão transformado seria o espaço de onde residiam ou trabalhavam essas pessoas A (PROVÍNCIA, 1 de abril de 1909). No mais, acerca de tamanha modificação anunciada, Lubambo (1991) afirma que a Reforma do Bairro do Recife significou uma verdadeira metamorfose urbana, bem como implicou em uma completa reestruturação ambiental e social.

Isto posto, este texto tem como objetivo, a partir das bases teóricas da História Urbana, tratar da influência da modernização no processo de Reforma Urbana do Bairro do Recife no início do século XX. Se levará também em consideração, os aspectos que justificaram essa intervenção na área, bem como a relação entre os agentes históricos envolvidos e os impactos causados pela reforma nas esferas sociais menos abastadas, parte do cotidiano do bairro. Para isso, foram utilizados textos referenciais para o tema e recortes do jornal A Província, que relatam e ajudam a análise do objeto aqui destrinchado.

O PROBLEMA DA INSALUBRIDADE E A EMERGÊNCIA DAS PRÁTICAS SANITARISTAS

Desde o período colonial a cidade do recife foi vítima de inúmeras epidemias. As condições precárias de higiene e a falta de uma medicina oficial segura fizeram da cidade um foco de doenças em diversos momentos (GOUVEIA, 2005, p. 4). Esse contexto, por sua vez, se estende, tornando-se foco dos debates higienistas, notadamente iniciados a partir do século XIX, sendo responsáveis pela promoção de ações que tinham como objetivo findar o problema da insalubridade.

Todavia, Moreira (1992) afirma que, embora as preocupações referentes à higiene existissem desde a segunda metade do século XIX, é nas três primeiras décadas do século XX, que elas se tornam mais intensas e assumem formas mais claras de controle e disciplinarização das massas no espaço urbano. Além disso, Chaloub (2017) aponta que os intelectuais-médicos da época propagavam com muita frequência e afinco seus diagnósticos, prescreviam a cura e gozavam da certeza de que isto, de fato, salvaria

o paciente. Estes, então, diagnosticavam também que os hábitos das habitações pobres eram nocivos à sociedade, alegando um risco maior de irradiação de doenças nesses espaços.

Conforme Rezende (2016) pontua, as péssimas condições de vida ameaçavam o crescimento das cidades modernas. A cidade do Recife, no início do século, não se distinguia desta constatação, pois carregava consigo características que a definiam como um espaço urbano insalubre, o qual as pessoas eram constantemente ameaçadas pelas consequências da falta de higiene, onde o risco de epidemias era uma destas. No mais, o caso desta cidade era tão gritante que, segundo Duarte (2018, p. 52), as gazetas destacavam as precárias condições de higiene em que se encontrava a cidade, disparando os problemas vivenciados no cotidiano pela sociedade recifense.

Ainda de acordo Duarte (2018), as reclamações mais corriqueiras eram feitas por moradores da cidade e estavam, na maioria das vezes, ligadas às péssimas condições higiênicas das ruas. Era parte da vida desses agentes históricos, do nascer do céu ao anoitecer, conviver com um sistema de esgoto precarizado, ruas com calçamentos a serem vistos no centro da cidade, coleta de lixo ineficiente, animais nas ruas e muitos prédios abandonados em estado alarmante. Esses problemas de insalubridade são evidenciados nas páginas da imprensa da época, como é o caso do seguinte texto retirado do jornal A Província:

> Diversas ruas do bairro do Recife apresentavam hontem um aspecto nauseabundo, tal o seu estado de immundicie. Notadamente no largo da Assembléia e ruas adjacentes, a porcaria attingiu a proporções assombrosas, havendo nesses lugares, além de muito lixo, grande numero de animais mortos. Se ainda existe fiscal no referido bairro, para elle appellamos em nome dos que alli residem. (A PROVÍNCIA, 22 de abril de 1910, p. 1)

Esta situação fazia com que as cidades precisassem de um olhar mais atento, e isso criou, em consonância com Rezende (2016), o campo necessário que os médicos, engenheiros sanitaristas, políticos e autoridades governamentais precisavam para se dedicarem na busca por soluções para o enfrentamento da questão da saúde pública. Assim, o discurso higienista assume um papel de protagonista dentro da cena pela busca do progresso, tanto no âmbito da esfera pública, quanto entre os intelectuais que se debruçaram no período acerca da questão sanitarista e de saúde pública.

No entanto, os médicos e engenheiros higienistas não resumiram estas alegações a temática da saúde pública. Para Neves (2018), o higienismo não promoveu apenas mudanças de caráter urbanístico, mas também de caráter moral. Ademais, a ideologia

higienista se alicerçou na tônica de que as pessoas menos abastadas, as ditas *classes perigosas*[2], eram responsáveis, para além do perigo literal do contágio de doenças, pela ameaça à organização do trabalho e a ordem pública por causa de seus hábitos considerados viciosos.

Lubambo (1991) acrescenta o trabalhado institucionalizado através da Política Sanitarista[3] no Recife, o qual promoveu visitas domiciliares a todas as habitações, sendo priorizadas as de classe pobre, com intuito de remover tudo enquadrado como insalubre. Nesse sentido, Rezende (2016) relata a presença do discurso da modernização como elemento que contagiou o poder público, fazendo parte até mesmo das mensagens dos governadores de Estado de posicionamento conservador, impulsionando os projetos e referências administrativas em prol do progresso.

Manoel Borba, enquanto governador do Estado de Pernambuco, se inclui entre os governantes que almejavam alcançar o modelo de civilização europeu. Em suas mensagens, de acordo com Rezende (2016), era perceptível a preocupação com higiene dos prédios, um moderno sistema de construção de pontes de cimento armado, a ampliação da quantidade de estradas carroçáveis, a melhoria urbana e outras questões ligadas ao sanitarismo. Além dele, José Rufino Bezerra, durante o período de sua gestão enquanto governador do Estado de Pernambuco, operou o projeto de moradia popular das vilas operárias, ações que representaram a preocupação do prefeito Lima Castro acerca do melhoramento da cidade do Recife, sobretudo no tocante ao aspecto estético.

Segundo Neves (2017), os mocambos e as outras diversas habitações operárias, bem como os sobrados, foram, durante o século XX, considerados a origem dos problemas da cidade do Recife. Em vista disso, a concretização da obra da vila operária no governo de Lima Castro, com a mensagem deste projeto ser em prol de uma moradia popular e menos insalubre, significou uma das investidas higienistas para sanar o

---

[2] O conceito, de *classes perigosas,* utilizado por chalhoub (2017) traz a noção de que a pobreza do indivíduo o tornava um malfeitor, o qual tinha potencial para causar danos à ordem social do país. A população negra, por sua vez, foi apontada como principal suspeita, tanto devido ao período em que a ideia estava sendo cunhada (abolição legal completa da escravização), quanto às concepções acerca destas pessoas, sendo o Brasil um país escravocrata no período. Ademais, o mesmo mostra como esse conceito foi se construindo e tomando forma primeiro entre os intelectuais e em seguida, entrando nos discursos dos parlamentares, chegando a essa ideia final já aqui descrita. A noção de *classes perigosas* foi um dos pilares do higienismo, cuja ideologia foi essencial para o debate dos projetos sanitaristas e, consequentemente, para justificar as reformas urbanas pelo Brasil.

[3]Sobre a Política Sanitarista, Lubambo (1991, p. 80), mostra que ela se instituiu, desde 1902, com a Repartição Sanitária do Estado-Inspetoria de Hyfiene Publica, contudo, sem ter atuação significativa. Até 1911, a Inspetória de Hygiene foi dependência da cavalaria do corpo da Polícia Estadual. Em 1912, houve a criação das Delegacias de Saúde Pública, subordinadas a Diretoria de Hygiene e Saúde Pública do Estado.

"problema" da estética e aos males sanitaristas da cidade, os quais foram atribuídos às classes menos abastadas e suas moradias.

Moreira (1992), para além de uma tentativa de diminuir a falta de salubridade na cidade por meio de uma dita moradia "popular", as habitações operárias (vila operária), significaram também um projeto de controle social, pois as normas higienistas invadiram o ambiente privado nesses espaços, numa tentativa de transformar os hábitos e vícios que caracterizam essas pessoas como integrantes da classe perigosa. Desse modo, oferecendo essas habitações à classe operária, com a promessa de um ambiente mais limpo, o poder público operou de forma a pôr em prática o objetivo da elite burguesa de modelar esses grupos ao modelo de civilização europeu.

Ainda no tocante às mensagens dos governantes, Sérgio Loreto, se destacou ao dar importância a problemática da insalubridade e as reformas urbanas. De acordo com Rezende (2016), em seus discursos, ficam claras as intenções de investir em melhorias nos setores de higiene, saúde e urbanização da cidade. Amaury de Medeiros, por sua vez, foi um dos pilares que estruturou, junto com o governador, os feitos sanitaristas do mandato. Conforme Neves (2018, p. 57), a atuação de Amaury de Medeiros, no governo de Sérgio Loreto, ultrapassou as fronteiras do consultório médico, chegando no raio de atuação no controle das sobre as classes populares, identificando medidas sanitárias e profiláticas para sanar o foco das doenças, os hábitos do grupo menos abastado.

A REFORMA DO PORTO E DO BAIRRO DO RECIFE SOB A ORDEM DO MODERNO

No período em que o Recife assumiu esta nova configuração sócio-espacial, o bairro do Recife era, em concordância com Duarte (2018), uma localidade pertencente a todos, sua população era diversa, no quesito econômico. Isto porque, a estrutura do espaço permitia este ser habitado dessa forma. O espaço fazia parte de uma zona portuária, onde as movimentações econômicas eram intensas, o comércio existia em suas várias formas, seja como grandes distribuidoras, seja como farmácias, quitandas, bares e consultórios. A possibilidade de emprego fez com que as pessoas fossem atraídas a este local.

O bairro portuário passa a ganhar destaque dentro do espaço urbano tanto por sua importância comercial, quanto pela sua estrutura física. Duarte (2018) afirma que o Bairro do Recife tinha uma configuração urbana bastante densa, apesar de ser uma pequena Ilha. Este era, sobretudo, constituído por ruas, mas também por becos, travessas, largos, praças,

cais e prédios. As habitações variavam entre hotéis, residências com aluguéis mais baixos, mocambos e sobrados. Assim, nessa estrutura, viviam cotidianamente pessoas de vários grupos sociais.

No quesito lazer, entre os programas em destaque estavam as atividades ligadas ao sagrado, bem como ao profano, dando fazendo pulsar o bairro. No quesito sagrado, a Matriz do Corpo Santo era a principal estrutura eclesiástica do bairro, por ser a primeira igreja do Recife. As procissões partiam ou tinham como referencial de chegada a igreja já citada. As atividades religiosas que giravam em torno desse espaço ocorriam o ano todo, entretanto:

> A instituição, além de cuidar da fé e da alma dos fiéis, fazia um importante trabalho dentro do bairro para a população, a marcação das horas, já que de hora em hora os sinos tilintavam marcando o tempo. A sua importância social não ficava apenas na marcação do tempo, anunciar os incêndios e sinalizar a localidade que ocorria o desastre era a sua outra função. Como se sucedia, com certa frequência, a destruição pelas chamas de algum prédio, o badalar dos sinos dos templos religiosos serviam como alerta. (DUARTE, 2018, p. 44)

Conforme Rezende (2016), a onda modernizadora invadiu as grandes cidades do mundo, fazendo com que estas passassem por transformações significativas em nome dos sonhos pelo progresso e o avanço da "verdadeira civilização". O autor também pontua a inclusão do Brasil nesse processo, também por ele denominado "aventuras de modernidade", onde a cidade do Recife não se isenta. Assim sendo, esse espaço de atividade econômica latente, com problemas de insalubridade, composto e habitado por uma diversidade de grupos sociais, era o bairro do Recife no período anterior à intervenção urbana ocorrida no início do século XX em nome da "modernidade".

Cátia Lubambo (1991) antecipou a simultaneidade da Reforma Urbana do bairro com os serviços de melhoramentos portuários. A autora também acrescenta os incontáveis projetos e tentativas de adequar as instalações portuárias às necessidades surgidas, das quais malograram. Miranda (1999), aponta para as dificuldades estruturais do porto, entre elas, se destacava a falta de profundidade, a qual dificultava a ancoragem dos navios maiores e se desdobrava na questão de desembarque dos passageiros. Só em 1907, segundo Duarte (2018), foi constituída uma comissão para organizar o projeto definitivo do melhoramento do porto, pela portaria do dia 03 de janeiro, cujo Alfredo Lisboa foi nomeado diretor.

Todavia, Miranda (1999), vai relatar uma inauguração simbólica, em 1909, das reformas tão almejadas almejadas pela elite recifense, porém estas só terão início meses depois. Sobre as modificações ocorridas, o mesmo autor descreve que começaram com o

levantamento do quebra-mar, dos molhes e aterros alagados próximos ao antigo cais. Em 1910, o Forte do Picão foi posto ao chão, a praia do Brum desapareceu. Em seguida, foram construídos os armazéns e a Praça do Rio Branco.

No mesmo ano da construção do projeto definitivo de melhoramento do Porto do Recife, foi criado um plano de saneamento, pelo conhecimento das autoridades do Estado em relação à condição sanitária do centro urbano, conforme Duarte (2018). Já em 1909, foi criada a Comissão de Saneamento, que executava as propostas contidas no plano de Saneamento, o qual, segundo Miranda (1999), objetivava o alargamento das ruas, saneamento dos quarteirões e demolição de casarões, casebres e todas estruturas consideradas perigosas à saúde pública.

Em consonância com Lubambo (1991), a introdução dos Melhoramentos do Porto e o Plano de Saneamento do Recife, criaram um campo fértil "justificado" para introduzirem modificações urbanas na área[4]. Ela ainda adiciona que as necessidades técnicas, econômicas e sanitárias serviram para boa parte das justificativas para a execução da reforma urbana, dado que a oficialização de outras razões determinantes para a intervenção não cabia. Dessa forma, em 1911[5], foi aprovado o plano definitivo de intervenção urbana no bairro portuário, que já passava por mudanças, devido às obras de Melhoramentos do Porto e o Plano de Saneamento do Recife.

É após os levantamentos feitos pelo engenheiro chefe da comissão de saneamento, referente a população, a quantidade de prédios e a qualidade deles, como também relativo ao sistema de abastecimento de água, que ele pode construir o seu projeto para sanear o Recife, em conformidade com Duarte (2018). Assim, depois desses levantamentos, se inicia, em 1910, a reforma do Bairro do Recife, cuja demolição, em nome dos interesses da elite, foi sua principal marca.

A partir desse período, as obras da reforma urbana passaram a acontecer de forma acelerada. Miranda (1999) descreve uma série de mudanças causadas pela obra: a

[4] A mesma autora, ao fazer um traçado das propostas de planos de intervenção urbana para a área, cujas datam desde o século XIX, mostra o aumento da quantidade de modificações no decorrer do século, até que se consuma a proposta da reforma urbana aqui analisada.

[5] É de se referir que o período correspondente a Reforma do Bairro do Recife, o cenário político foi marcado por disputas conturbadas, sendo essa intervenção urbana, ocorrida durante dois governos distintos: o período de Rosa e Silva, seguido da gestão de Dantas Barreto. Em consonância com Zacarias (2017), o governo de Pernambuco, em 1911, passara por uma abrupta mudança numa eleição sangrenta, visto que o candidato Rosa e Silva, presente na administração pública desde 1896, com condições para atender o coronelismo e o clientelismo urbano em troca de apoio, não foi diplomado. Emídio Dantas Barreto, foi então, governador de 1911 a 1915. No entanto, Lubambo (1991) pontua: apesar de comporem facções políticas opostas, como o grupo Rosista e Dantista, a elite recifense e do Estado não estavam divididas em relação à Reforma.

demolição da Igreja do Corpo Santo, do Arco da Conceição, a derrubada do antigo casario e a abertura das avenidas Marquês de Olinda, Visconde de Rio Branco e Alfredo Lisboa. Em vista disso, Leite (2006) se refere a esse processo como "a construção da Paris Pernambucana", pois, este seguiu a mesma tendência alastrada por todo país, em associação da estrutura portuária com renovação urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luz de um olhar sobre a cidade do Recife, foi possível compreender, enfatizando as especificidades deste espaço urbano, o movimento histórico pelo qual passava o país. Uma conjuntura de transformação social, cuja trouxera como tônica a modernização, a limpeza e o embelezamento, conforme apontou Lubambo (1991). Outrossim, Lubambo também ressalta que essa onda impôs a adoção de novos valores, novas atitudes, novas relações e comportamento entre o Estado e restante da sociedade. Assim, o motor do progresso impulsionou não somente mudanças espaciais, mas também as trocas entre os agentes históricos do período e no transformações cotidiano dos mesmos.

É de se destacar do mesmo modo os problemas sanitários gritantes, evidenciados pelos resquícios do cotidiano citadino: as formas de intervenções feitas com o intuito de sanar essa questão e o que se esconde nas entrelinhas da implementação das políticas sanitárias. Sobre isso, Neves (2018) afirma que as mudanças urbanas ocorridas em Recife não estavam apenas vinculadas a um ideal de beleza arquitetônica da *belle Époque* e ao desejo de rompimento com o passado relacionado ao império e escravismo, mas também a vontade de minimizar os problemas higiênicos e, consequentemente a perseguição aos tidos como ameaça a essa nova toada.

Aliando-se a ideia anterior, entra em evidência o apontamento de Miranda (1999) sobre o caráter excludente das reformas urbanas desse período, as quais revelam o preconceito e exclusão social contra os setores mais pobres da sociedade, incluindo suas moradias, formas de se vestir, seus hábitos, maneiras de se divertir e etc. Essa concepção fica ainda mais latente, quando ao falar da ocupação do bairro portuário após a Reforma, Lubambo (1991) compreende que houve um processo de elitização na apropriação dos terrenos do Novo Bairro, isso porque, em sua análise, a autora conseguiu constatar que os novos proprietários compunham um segmento menor, mas detinham os maiores e mais valorizados.

Por fim, em conformidade com Rezende (2016), a cidade tem um poder de síntese dos tempos. Nesse sentido, tratar do processo da Reforma do Bairro do Recife, é condensar, com o olhar do presente, as questões do período em que os agentes históricos atuais se preocupam em ter respostas. Para além disso, pensar o Recife do início do século é refletir sobre a identidade da cidade, de forma a compreender a sua formação histórica, espacial e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DUARTE, Jônatas Lima. MODERNIZAÇÃO DO PORTO E DO BAIRRO DO RECIFE: Impactos causados pelas obras na população da freguesia (1909-1914). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

FERNANDES, A.; GOMES, M. A. A. DE F. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. Ciência e Cultura, v. 56, n. 2, p. 23–25, 1 abr. 2004.

GOUVEIA, Bruno Márcio. O Recife Insalubre: Entre a medicina e as epidemias. In: XXVII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores, velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis.

LEITE, R. P. Patrimônio e enobrecimento no bairro do Recife . Revista CPC, [S. l.], n. 2, p. 17-30, 2006. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i2p17-30. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15587. Acesso em: 10 nov. 2022.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Um urbanismo excludente: o caso da Capital Federal e do Bairro do Recife no início do Século XX. Clio Séria História do Nordeste, Recife, v.20, n. 1, p. (141, 171), 2003.

MOREIRA, F. D. Higienismo enquanto prática urbanística: o exemplo do Recife no início do século. Cadernos de Estudos Sociais, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, 2011. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1118. Acesso em: 7 dez. 2022.

MULLER, Glaucia Regina Ramos. A Influência Do Urbanismo Sanitarista Na Transformação Do Espaço Urbano Em Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

NEVES, Marcos Alessandro. Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929). Saúde e Meio Ambiente. V. 31, n. 48, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 158, 2020.

PINHEIRO, E. P. Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). [s.l.] EDUFBA, 2011.

REZENDE, Antonio Paulo. (DES)encantos Modernos. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. 2° edição. Recife: UFPE, 2016.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. As Cidades Enquanto Palco da Modernidade. O Recife de Princípios do Século. Recife, 1994, Mestrado em História, UFPE-CFCH.

ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. A República oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis da Rosa e Silva. 2017. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.